



2671-AL  
SANTO-ANDRÉ

# HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
AMÉRICO FREIRE  
COORDENAÇÃO

## AS HISTORIOGRAFIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA E O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA<sup>1</sup>

AMÉRICO FREIRE<sup>2</sup>

FRANCISCO CARLOS PALOMANES MARTINHO<sup>3</sup>

O mês de abril tem significados distintos para brasileiros e portugueses. Pelo menos naquilo que diz respeito às memórias de suas relações com o autoritarismo e com as transições democráticas. No Brasil, na virada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 um golpe de Estado civil-militar pôs fim ao regime democrático inaugurado quando da queda do Estado Novo em 1945. Em Portugal, na madrugada de 24 para 25 de abril de 1974, também por intermédio da intervenção militar, a ditadura portuguesa assistia ao seu fim. Semelhanças e diferenças, proximidades e distanciamentos. Abril para os brasileiros significa o (re)início do Estado de exceção. Para os portugueses, a “Alvorada” da liberdade<sup>4</sup>. Apesar da existência em ambos os casos do pronunciamento militar, os propósitos eram bastante diversos, conforme sabemos. Outra diferença significativa é que enquanto no Brasil foram os oficiais de alta patente os responsáveis pela implantação da ditadura, em

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi publicada sob o título “Lembrar abril: a historiografia brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia.” *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dezembro de 2012.

<sup>2</sup> Professor do CPDOC/FGV e Pesquisador do CNPq.

<sup>3</sup> Professor da USP e Pesquisador do CNPq

<sup>4</sup> Fazemos referência aqui ao livro *Alvorada em Abril* de Otelo Saraiva de Carvalho, comandante das operações militares que conduziram à queda da ditadura portuguesa (3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984).

Portugal foram oficiais médios (capitães sobretudo) os protagonistas do caso do regime autoritário.

Ainda assim, tanto o 1º de abril brasileiro quanto o 25 de abril português serviram de certa forma, pelo menos para parte expressiva da sociedade civil e dos historiadores, para exaltar a resistência ao Estado de exceção. As ditaduras teriam ocorrido *apesar* de brasileiros e portugueses que a elas teriam se oposto. Como no Brasil não houve uma ruptura merecedora de comemoração, então a lembrança volta-se para o golpe, momento inaugural do desvio histórico e da resistência. Portugal não: o levante do 25 de abril, desencadeado por jovens militares teve todos os ingredientes para se transformar em uma epopeia com nuances de romantismo, coragem e abnegação muito grandes. Disse Miguel Torga certa vez que faltava aos portugueses o “romantismo cívico da agressão”. Parece que o 25 de Abril vinha para desmentir a afirmação do escritor lusitano... Cá mesmo no Brasil não faltaram as canções de Chico Buarque de Holanda para embalar os sonhos de uma possível transição à portuguesa: *Fado tropical* e *Tanto mar* são os exemplos paradigmáticos que expressavam o desejo de parte das elites culturais do país em seguir o exemplo lusitano: “Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal/Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”, diziam as letras da primeira canção. “Sei que estás em festa, pá/ Fico contente/E enquanto estou ausente/Guarda um cravo para mim” evocava a segunda canção, cuja versão foi proibida no Brasil.

Passados os anos, a memória e a evocação das transições ou das resistências, foi sendo alterada. E ao mesmo tempo enriquecida. As interpretações originais, que insistiam na homogeneidade da resistência foram se alterando aos poucos, sem que necessariamente os olhares inaugurais tenham se encerrado. Acordes dissonantes sobre um mesmo tema, as ditaduras brasileira e portuguesa, provocaram novos horizontes e ampliaram debates em espaços acadêmicos e midiáticos. Assim, as referências ao passado, espaço de disputas permanentes foram sendo feitas e refeitas, revitalizadas tanto ao sabor das memórias coletiva e dos indivíduos como das novas perspectivas historiográficas.

## 1. Brasil: entre memórias, atores, pactos e rupturas

Os governos brasileiros, oriundos da transição negociada de fim dos anos 70 e do começo da década seguinte, têm procurado adotar uma postura discreta em torno das comemorações que partidários do antigo regime, seja eles militares e civis, vem promovendo em torno da chamada “Revolução de 31 de março de 1964”. Daí a adoção de medidas no sentido de retirar qualquer caráter oficial de eventos que, via de regra, fossem realizados no interior de unidades militares ou em clubes ou associações castrenses. Em 2011, o Ministério da Defesa foi mais longe e baixou resolução que retirou a data do calendário oficial das Forças Armadas, o que na prática inviabiliza o uso de espaços oficiais para os que porventura estivessem interessados em rememorar <sup>64</sup>. Em resposta, correligionários do regime anterior realizaram uma série de atos de protesto em espaços públicos e clubes militares em várias cidades do país às vésperas do “31 de março” de 2012. No Rio de Janeiro, a comemoração no Clube Militar não ficou restrita aos discursos de praxe: foi recebida por uma manifestação levada a efeito por militantes de diferentes partidos e entidades de esquerda que, na ocasião, chamaram a atenção da opinião pública para os crimes e a tortura no regime militar, ao mesmo tempo em que propugnaram por medidas de punição aos torturadores e a imediata constituição de uma Comissão da Verdade.<sup>5</sup>

Se nos meios políticos e sociais, a memória sobre o março/abril de 64 está sendo disputada na imprensa, nos blogs e nas ruas, sob o olhar preocupado e cauteloso do atual governo, nos meios acadêmicos o que se assiste nas últimas décadas é um crescimento exponencial da produção relativa a 64 e ao regime militar, dando curso a um fenômeno que o historiador Carlos Fico já registrara em 2004 em seu estudo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.<sup>6</sup> Razões não faltam para explicar esse fenômeno que,

---

<sup>5</sup> Conferir reportagem d'O GLOBO “Comemoração de militares termina em pancadaria no Centro do Rio de Janeiro”.29/03/2012. <http://oglobo.globo.com/pais/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>

<sup>6</sup> FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 47, 2004, p. 30.

como se sabe, não diz respeito apenas ao Brasil. Basta uma breve consulta a programas de congressos internacionais que tratam de temáticas contemporâneas, em particular os de História Oral, para se verificar a presença de um sem número de trabalhos dirigidos para a análise de temas e problemáticas relativas às experiências dramáticas vividas por indivíduos e grupos de diferentes sociedades sob o jugo de regimes ditatoriais.

Na agenda de estudos relativos à ditadura brasileira, um campo que tem sido privilegiado recentemente pelos historiadores é o que examina, sob diferentes perspectivas, a transição política e suas implicações para a instauração de uma ordem democrática no país. Em diálogo com a tradição de estudos da ciência política sobre o tema – sem que isso signifique o uso de modelos ou esquemas explicativos muito fechados –, alguns historiadores têm penetrado nessa seara com vistas a produzir interpretações que busquem situar a experiência brasileira em um tempo mais largo quando comparado aos estudos de conjuntura dos politólogos, sem se descurar da importância do exame de acontecimentos-chave, como, por exemplo, o relativo à aprovação da Lei de Anistia parcial e recíproca no país, em 1979.

*Grosso modo*, é possível afirmar que há um chão comum nessa leva de estudos de historiadores que tem tido como objeto a transição política brasileira, ainda que suas conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Em primeiro lugar, nota-se que há uma certa confluência de objetivos e de tratamento do objeto com uma literatura advinda da própria Ciência Política, da qual Guy Hermet é um dos principais nomes, na qual é colocada em xeque a maneira pela qual muitos dos chamados “transitólogos” e “consolidólogos” formulam e aplicam suas teorias em torno dos processos de transição na América Latina e na Europa Oriental ex-comunista, tomando por base valores e modelos ocidentais de democracia. Sob essa perspectiva, registra Hermet, as conclusões desses estudos não poderiam ser outras: “Assim, a causa [da democracia] da maior parte da América Latina e também da Europa pós-comunista está perdida, sem esperança de melhoria, e, quando muito, suas ‘democracias delegativas’ são relegadas ao purgatório dos simulacros. Pior ainda, os critérios de homologação utilizados nessa perspectiva finalmente se revelam tão

exigentes que, se quiséssemos aplicá-los a todas as democracias, não sobriaria mais nenhuma.”<sup>7</sup>

Para Hermet, interessado em criar instrumentos de análise com vistas a empreender estudos macropolíticos relativos aos processos de democratização, faz-se necessário definir algumas diretrizes, por ele denominadas precauções, no sentido de se buscar uma compreensão mais ampla desses fenômenos. Do seu receituário de precauções, cabe aqui o registro de duas delas: 1) o alerta para se evitar o uso de “juízos normativos” sobre cada uma das “*performances* democráticas” do Sul e do Leste; 2) não considerar a América Latina e o Leste “como se fossem entidades isoladas do mundo, como se outras regiões do planeta não tivessem também efetuando suas próprias democratizações no decorrer deste mesmo século XX e como se não pudéssemos delas extrair ensinamentos para o nosso propósito.”<sup>8</sup>

Os recentes estudos produzidos por historiadores sobre o tema da transição política brasileira, ainda que não estabeleçam um diálogo direto com Hermet e mesmo com outras vertentes das ciências sociais francesas que têm sido importantes no estudo de vários temas da história política daquele país,<sup>9</sup> mostram-se coerentes com as preocupações acima levantadas pelo politólogo francês, uma vez que têm procurado evitar análises de cunho teleológicos e finalísticos, sejam as voltadas para o exame de *performances* democráticas, sejam as dirigidas para os diferentes atributos do se que têm chamado “qualidade democrática”, com óbvia e necessária referência ao modelo ocidental. Por outro lado, pouco têm avançado no tratamento conceitual do uso de noções como “transição política” ou mesmo “transição democrática”, o que faz com que haja uma certa indiferenciação entre essas expressões e mesmo

---

<sup>7</sup> HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 16. Acerca das “democracias delegativas”, conferir, O’DONNEL, Guillermo. *Delegative democracy*. *Journal of Democracy*, 5 (1): 55-69, jan. 1994.

<sup>8</sup> HERMET. *op. cit.* p. 18.

<sup>9</sup> Destacaria, entre outros, a obra OFFERLÉ, Michel em livros como *Un Homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Gallimard, 1993. Conf. ainda artigos de Offerlé e de outros nomes das ciências políticas franceses No volume organizado por CANEDO, Leticia Bicalho O *sufração universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.

entre “democracia” e “democracia liberal”. Retomaremos este ponto em seção seguinte deste texto.

Quanto à filiação historiográfica dos trabalhos em tela, cremos que, a título de hipótese, pode-se afirmar que eles vem sendo alimentados fundamentalmente por três fontes do vasto território dos estudos políticos contemporâneos, a saber: pelo *mainstream* da História política francesa, daí a menção frequente de noções e categorias como “político”, “geração”, “cultura política”, formuladas, revisadas e/ou divulgadas por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jean François Sirinelli, Serge Berstein, entre outros; pela leva de trabalhos que dirigem seu olhar para a dinâmica das relações entre história, memória e esquecimento; e finalmente, por áreas específicas do campo do Direito, as quais têm sido acionadas por diferentes autores no sentido de melhor compreender as bases do nosso sistema judicial, como também permitir um exame mais acurado do que tem se chamado de “justiça de transição” no país.

Dito isso, podemos agora passar para um rápido exame de algumas obras que bem exemplificam o estado da arte sobre o tema da transição, sob a ótica dos historiadores. Duas vertentes aqui serão examinadas. A primeira delas reúne trabalhos que produzem um olhar sobre o tema e exploram questões como reconstrução de memória, esquecimento, *metamorfoses*, permanências e continuidades. Já a segunda, concentra o foco de análise nos processos políticos endógenos e no posicionamento dos diferentes atores que atuaram no “jogo político” da transição, fossem eles militares ou civis.

### 1.1. Construção de memória(s) e os limites da transição brasileira

No campo dos estudos sobre a transição, ou na chamada “transitologia”, uma das questões recorrentes é a que diz respeito ao móvel e ao sentido da mudança, isto é, ao analista cabe apresentar a variável que tenha sido determinante pela passagem de um regime para o outro. As perguntas geralmente seguem o mesmo *script*, a saber: A quem cabe a iniciativa da mudança? Quem determina a transição? Quais são os seus condicionantes?

Outra variável importante é a se refere ao caráter da transição, ou seja, a maneira ela qual ela foi ou é conduzida – se *por cima*, isto é, pelo governo

em alguma espécie de acordo com grupos oposicionistas, a qual costuma ser designada como *transição pactuada* – ou *por colapso*, na qual o regime vem a ser derrubado pelas forças oposicionistas, com maior ou menor envolvimento de setores populares.

No caso específico da transição política brasileira, na qual coube ao próprio regime produzir designações preñhes de sentido no intuito de demarcar o seu papel nesse processo, daí o uso de noções como “distensão” e “abertura”, foi importante para muitos analistas, geralmente cientistas sociais, estabelecer distinções claras entre as medidas de caráter mudancista de origem governamental e as pressões que porventura tivessem origem em demandas da sociedade civil com vistas a conduzir o país para a superação do regime militar e do autoritarismo. Esse foi o caso, por exemplo, de Luiz Carlos Bresser Pereira que, com base em proposições de Guilherme O’Donnel e Phillippe Schmitter, registra que, em seu entender, a “abertura” devia ser concebida como “uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização.” Já o termo a “democratização” é visto pelo autor como o “processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil.”<sup>10</sup>

Quanto ao caráter da transição política brasileira, há amplo consenso entre os analistas acerca da capacidade que o regime militar reuniu para estabelecer o ritmo e os contornos da mudança que se processou em direção ao governo civil.<sup>11</sup> O problema que se colocava para os estudiosos dos anos 80 e 90, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime “realmente democrático” no país.

Como bem nos alerta Carlos Fico, os historiadores ingressaram tarde nos estudos sobre o regime militar, ou seja, por volta dos anos 80/90.<sup>12</sup> E mais

---

<sup>10</sup> Ver PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Os limites da ‘Abertura’ e a Sociedade Civil”. In FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982* (Brasília, Universidade de Brasília, 1988), p. 20-21.

<sup>11</sup> Para um exame acurado das teorias da transição e do estudo do caso brasileiro entre os cientistas sociais, ver texto SOARES, Gláucio, D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

<sup>12</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 20-21.

tarde ainda, diríamos nós, na seara dos que têm como objeto a democratização brasileira do último quartel do século passado e do começo deste. Uma vez mais, nossos colegas das ciências sociais estão a abrir picadas e caminhos que, depois, mais seguros, trilhamos com as questões típicas do campo historiográfico.

Em 2000, Daniel Aarão Reis publicou um livro no qual toma como objeto as esquerdas brasileiras em sua relação com a ditadura militar e com a sociedade brasileira. Nele, o autor assesta suas baterias para vários alvos: a soberba e os equívocos das esquerdas revolucionárias em seu projeto de assalto ao poder; às análises que se mostram incapazes de perceber o processo de modernização empreendido pelo regime militar, ainda visto como “arcaico”; e ainda, aos que só conseguem enxergar os anos 70 pelas lentes dos “anos de chumbo”. Diz o autor: “Eles [anos 70] precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.”<sup>13</sup>

No que concerne à transição, Reis examina o fenômeno em uma dupla dimensão e é exatamente isso que aqui mais nos interessa. No plano propriamente político-institucional, o autor compreende o “processo de liberalização” empreendido pelo regime como uma *retirada*, “a operação militar mais delicada. Qualquer descuido, vira debandada”, diz ele. Diante da resistência das direitas e das esquerdas mais radicais, e do fortalecimento político das oposições moderadas, o presidente Geisel, aos “cachações”, conduziu a distensão por meio de variados instrumentos – da dura repressão aos partidos comunistas; da neutralização do golpismo militar pela demissão do seu ministro do Exército; pelo uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional e fazer aprovar medidas no sentido de assegurar o controle do Colégio Eleitoral; e, finalmente, pelo fim do AI-5, em dezembro de 1978. Para o autor, a medida fez com que o país ingressasse no Estado de Direito – porta de entrada para a democracia.

---

<sup>13</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 61.

No plano simbólico, todo esse processo veio acompanhado de importantes deslocamentos de sentido. A memória do regime militar começava a ser reconstruída, seja pela iniciativa dos correligionários do regime, seja pela dos seus opositores. Um desses deslocamentos, registra o autor, deu-se no sentido de reposicionar as esquerdas revolucionárias para o interior do campo democrático, isto é, colocá-las como linha de frente, como “braço armado” de uma ampla coalizão política que teria tido como objetivo combater a ditadura com vistas a estabelecer um regime democrático no país. Dessa forma, sublinha Reis, “apagou-se a perspectiva ofensiva que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.”<sup>14</sup>

O segundo deslocamento, este promovido pelos partidários da ditadura, foi no sentido de produzir um discurso de que teria havido no Brasil não um mero conflito político, mas sim uma “guerra revolucionária” entre as forças oficiais e os guerrilheiros de esquerda. Nesse caso, a anistia, para ser efetiva e reconciliar o país, deveria ser recíproca, de forma a beneficiar também os agentes do Estado que haviam se envolvido nessa guerra de alguma forma. Com isso, registra Reis, foram introduzidos mecanismos na Lei que “garantiram a figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados.”<sup>15</sup>

Finalmente, Reis aponta para um fenômeno mais geral: em meio ao recuo do governo e à maré democrática do fim dos anos 70, a sociedade brasileira *metamorfoseada* rompe as pontes com o regime. Ou melhor, não há mais partidários do regime e a ditadura transforma-se em corpo estranho. Diz Reis: “Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. (...) A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorara a auto-estima.”<sup>16</sup>

Em 2004, em meio aos eventos relativos aos 40 do golpe civil-militar de 64, Reis não apenas manteve como avançou nesse conjunto de proposições

---

<sup>14</sup> idem. p.70

<sup>15</sup> idem.

<sup>16</sup> idem. p. 71.

que, como se pode perceber, não visa apenas a examinar a trajetória das esquerdas revolucionárias durante o regime militar, objeto tradicional de seus trabalhos, ou mesmo discutir os problemas de algumas análises que não conseguiram dar conta das mudanças por que passara o país em pleno regime militar. Cremos que seus textos, antes de tudo, vão no sentido de chamar a atenção para a importância desse processo de deslocamento semântico que se expressou em um pacto político selado nos estertores da ditadura, que teria envolvido o poder, diferentes forças políticas opositoras, inclusive de esquerda, e amplos setores da sociedade brasileira. Em outras palavras, em nossa opinião, o que o autor está a sugerir é o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que, ao interpretar e interpelar esses deslocamentos de sentido, crie condições para a produção de estudos que tenham como eixo o reexame das complexas relações da sociedade brasileira com o regime militar. Talvez não fosse exagero dizer que o repto de Reis tem encontrado ressonância na historiografia sobre o regime militar e, em particular, sobre a transição política. Basta ver, por exemplo, a importante coleção lançada recentemente em torno do tema da construção social dos regimes autoritários, organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samanta Quadrat,<sup>17</sup> assim como o crescente avanço de estudos acerca da temática da anistia no país, tema com o qual iremos prosseguir ainda nessa seção.

Na década de 2000, a historiografia sobre o regime militar – e consequentemente sobre a transição política – ganhou fôlego e avança a olhos vistos, acompanhando *pari passu* o debate público que há bastante tempo vem sendo travado em torno do tema da revisão da Lei da Anistia no país. Nesse contexto foram publicadas algumas obras que têm produzido um juízo bastante crítico acerca da maneira pela qual foi conduzido processo de transição e o consequente estabelecimento de um regime em bases democráticas no país. Como exemplo, cabe mencionar duas delas cujos títulos são autoexplicativos: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizada por Cecília MacDowell dos Santos, Edson Telles e Janaína Telles e publicada em

---

<sup>17</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v.

2009, e *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle e publicada no ano seguinte.<sup>18</sup>

Com o fito de situar algumas linhas de força dessa produção, ainda que de forma breve e talvez mesmo esquemática, fiquemos aqui com dois textos que foram publicados no volume II da obra *Desarquivando a Ditadura* e que estão reunidos com outros trabalhos sob o título “Imaginando a democracia com uma memória livre”. São eles: “A longa tradução de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade” de Zilda Iokoi e “*Anistia anammese vs. Anistia amnésia*: a dimensão trágica da luta pela anistia” de Heloísa Greco.

Comecemos pelo trabalho de Zilda Iokoi. Nele, a autora coloca em questão a maneira pela a categoria *transição* tem sido convencionalmente aplicada no Brasil. Em diferentes vertentes teóricas, registra Iokoi, *transição* é uma categoria teórica-analítica que “implica a decodificação entre os objetivos a serem alcançados por diferentes lutais sociais e as reais conquistas obtidas ao longo do processo histórico.”<sup>19</sup> Já no Brasil, afirma, seu uso convencionalmente diz respeito a processos em que o “velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionárias.” Ou seja, trata-se da “*transição metaforizada*, indicativa de retóricas da modernização sem mudança.” E assevera: “Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas (...). A prudência aparece como valor a ser perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção.” Em suma, Iokoi afirma: “Essas reservas impulsionam um freio prévio e um temor em relação à

---

<sup>18</sup> SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009, 2 v. e TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. Conf. resenha sobre primeira obra em FREIRE, Américo. “Ditadura, democracia e estado de exceção”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, n.º 47, p. 223-6, jan-jun.2011.

<sup>19</sup> IOKOI, Zilda. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009, p. 501.

explicitação dos conflitos (...), impondo uma cultura do medo e a reafirmação dos traumas recalcados na longa tradição colonial.”<sup>20</sup>

Definido o seu quadro analítico, a autora discorre sobre diferentes momentos do processo político brasileiro que foram marcados pelo amortecimento dos conflitos por meio de mecanismos de conciliação/*transição*. Quanto ao tempo da *transição* do regime militar para a democracia, Iokoi é categórica: “O reencontro do caminho democrático que só começou com a anistia, alcançada em 1979, mostra os impasses, limites e ambiguidades ainda em aberto na democracia brasileira. Eles são fruto da cultura política que forjou nos brasileiros a acomodação dentro da ordem e ao mesmo tempo a perseverança em prosseguir nos combates em momentos de maior acumulação de forças.”<sup>21</sup>

O tema da *transição*, assim conceituado pela autora, pouco diz respeito a mudanças de fundo na sociedade brasileira. Ainda subsiste, segundo ela, em sociedades fundadas em democracias tímidas, descontínuas, de “baixa intensidade”, como nos termos de Boaventura Santos. Nesses casos, são fenômenos parciais, não verdadeiros, em que não há quebra de paradigmas. Dessa forma, conclui: “aos soluços produzimos momentos de grande rebeldia, seguidos por longos intervalos de silêncio negociados com o poder constituído. (...) Assim, o tema da transição tem indicado mais o perigo de retorno a termos sombrios, do que de avanço do poder popular e da autonomização dos sujeitos livres.”<sup>22</sup>

Em seu texto, Heloísa Greco também registra questões relativas ao caráter inconcluso e conservador da transição brasileira. Nele, a autora examina a luta política de significados que foi e tem sido empreendida no interior da sociedade brasileira em torno da questão da anistia, desde meados da década de 1970, e toma como ponto de partida um severo diagnóstico acerca da maneira pela qual amplas parcelas da historiografia têm lidado com o tema da anistia. Diz ela: “[a anistia] é abordada apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, quase como se não tivesse havido sujeitos – logo, ação – fora do espaço institucional, o que contrasta

---

<sup>20</sup> idem., p. 501-2.

<sup>21</sup> idem.p. 521.

<sup>22</sup> idem. p. 522

de maneira gritante com a evocação dos que participaram diretamente do *acontecimento*.”<sup>23</sup>

Ao colocar o problema sob esse prisma – e não sob a perspectiva da sociedade civil organizada em entidades como os Comitês Brasileiro de Anistia, entre outras –, a produção acadêmica termina por capitular frente à produção memorial da ditadura em torno da Lei de anistia, que, antes de tudo, deveria ser – e, portanto, passava a ser – sinônimo de *esquecimento*, *conciliação*, *consenso*. Diz a autora: “Seu dispositivo operacional [da Lei da Anistia] é a produção do silêncio a partir da lógica do *generoso consenso*, cujo núcleo é a tríplice equação *controle/ compromisso/concessão*, articulada a partir da institucionalização do grande repertório dos meios de coerção levado a cabo pelo projeto de *normalização defeituosa* do regime, o mesmo que forjou a longa transição ainda em andamento.”<sup>24</sup>

Ao longo do texto, Greco discorre sobre os diversos e diferentes fatores que estiveram na base e ainda contribuem para a consolidação até o momento vitoriosa da *estratégia do esquecimento* no país. Ela registra, entre outros, “a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”; o papel ativo e passivo da sociedade em não procurar reverter esse quadro; o papel central dos grandes jornais na disseminação dessa estratégia junto à opinião pública; além do processo de “estranha metamorfose das esquerdas” em direção a um feito de atuação “equilibrada”, moderada e baseada no trabalho institucional. O campo das esquerdas, segundo a autora, “por excelência, passa a ser o espaço do *instituído* em detrimento do *instituinte*; a sua interlocução passa a ser feita pelo poder.”<sup>25</sup>

Por fim, Greco não deixa também de assinalar as ambiguidades dos últimos governos em lidar com questões que colocam à prova essa *estratégia de esquecimento*. A autora coloca em questão o alcance das políticas de reparação de cunho fundamentalmente administrativo a respeito dos atingidos pelos

---

<sup>23</sup> GRECO, Heloisa A. *Anistia anamnese vs. Anistia amnésia*: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009, p. 524-5.

<sup>24</sup> idem. p. 528.

<sup>25</sup> idem. p. 530-1.

atos de exceção; denuncia as dificuldades em torno do acesso dos arquivos da ditadura; e alerta para o que chama de o nó górdio da Lei de Anistia: “a instituição tortura, a questão dos mortos e desaparecidos e a mal chamada reciprocidade”.<sup>26</sup>

## 1.2. A transição brasileira: agentes políticos e aberturas

Mudemos um pouco o vocabulário e a abordagem e passemos nesta seção a colocar o foco no “jogo político” da transição. Os temas agora são: os contextos internacional e nacional; as principais personagens; a lógica político-institucional, muito importante naquela quadra; as estratégias e as interações político-sociais. Para lidar com tudo isso, tomemos por base um dos melhores estudos da lavra de historiadores sobre o tema em tela: “Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985” de Francisco Carlos Teixeira da Silva.<sup>27</sup>

Publicado em um volume da coleção *Brasil Republicano* e voltado para um público amplo, Teixeira da Silva apresenta um estudo de síntese acerca da maneira pela qual se processou o processo de “abertura política” no país. Para tal, toma como ponto de partida algumas das questões acima levantadas por Greco: a necessidade de se interpelar as *estratégias de esquecimento*; a importância de se assegurar a multiplicidade dos lugares de fala dos diferentes atores presentes naquele contexto; a necessidade do engajamento na preservação e no acesso aos arquivos do regime militar.<sup>28</sup> Feito o alerta, o autor opta por concentrar sua análise em um período histórico determinado – entre os governos Geisel e Figueiredo –, sem avançar em análises ou diagnósticos acerca do impacto da transição para o processo de democratização brasileiro. Nesse caso, como se poderá perceber, se distingue sobremaneira dos textos das autoras acima sumariados.

---

<sup>26</sup> idem. p. 536.

<sup>27</sup> TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 243-82.

<sup>28</sup> idem.p. 245-6

Para o autor, os principais atores que compuseram o jogo político da transição foram: “a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; *os militares e seus condicionantes institucionais*, compreendidos como a *corporação e seus organismos* e, por fim, *a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente*”.<sup>29</sup>

Fiquemos aqui tão somente com o núcleo geral dos seus argumentos, registrando alguns aspectos nos quais as proposições do autor podem inspirar novas linhas de investigação.

Quanto aos atores e condicionantes internacionais, Teixeira da Silva menciona, em primeiro lugar, a importância da nova política externa adotada pelo governo do presidente norte-americano Jimmy Carter no sentido de não mais avaliar a permanência de ditaduras militares na América Latina, ajudando a encerrar o longo autoritário na região. O autor, ao mesmo tempo, registra que “o *turning-point* da política americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início da década de 1980, como da mesma forma não é o único *ator externo* no processo de abertura brasileiro. Na verdade, o continente fora fortemente batido pela crise e a recessão da economia mundial, os chamados *condicionantes externos*”.<sup>30</sup>

A esse respeito em particular, Teixeira da Silva propõe um tipo de abordagem que destoa bastante das análises que costumam estabelecer conexões diretas entre a crise de petróleo, seu imediato impacto no Brasil e o deflagrar da abertura política levado a cabo pelo presidente Geisel. Segundo o autor, essa relação de causa e efeito deve ser examinada com cuidado. Vejamos o que ele diz: “Em fins de 1973, quando se consolida a *opção Geisel* de sucessão a Médici (...), a crise [econômica] não é um dado presente, e o Brasil apresenta índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Na verdade o cenário econômico otimista (...) tenderia a facilitar a transição.” E conclui: “A crise econômica irá, sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar.”<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> idem. p. 249.

<sup>30</sup> idem. p. 252.

<sup>31</sup> idem. p. 254.

Já no plano do estudo dos atores internos, o autor inicialmente concentra o foco de análise nos militares e busca desenvolver a hipótese, ainda pouco explorada com o devido cuidado pela historiografia, da ocorrência de vários ensaios de reconstitucionalização do regime, tentados pelo poder militar e, em seguida, malogrados.<sup>32</sup> Na verdade, segundo o autor, a abertura de Geisel/Figueiredo fora precedida de duas outras: a dos tempos de Castelo Branco, abortada quando da ascensão de Costa e Silva e da “linha dura”; e a do fim dos anos Médici, quando o regime estava forte e a economia a pleno vapor. Na versão de um líder militar, Leônidas Pires Gonçalves, mais tarde ministro do Exército do governo Sarney, a abertura não foi feita naquela ocasião por causa “das guerrilhas, assaltos a banco, greves. Isso atrasou a abertura”.<sup>33</sup>

Sobre a “terceira abertura”, Teixeira da Silva desvia de abordagens que ora buscam explicar a dinâmica da transição por obra e graça do poder, ora pela pressão desencadeada pelos movimentos sociais sobre os poderes constituídos e propõe a seguinte periodização. Uma primeira fase de abertura controlada cuja iniciativa e primazia coube aos governos militares e que teria se estendido dos anos Geisel até o início da década de 1980, mais particularmente até o atentado do Riocentro (1981) e a doença do presidente Figueiredo (1983). A partir daí, segundo o autor, abre-se uma nova fase do processo de abertura na qual a iniciativa “passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das *Diretas Já!* ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa da reformas.”<sup>34</sup>

Sobre a primeira fase da abertura, Teixeira da Silva fecha o foco de análise no governo do presidente Geisel com vistas a acompanhar a maneira pela qual o “ditador da abertura” conduziu seu projeto de distensão. Para isso, o autor vale-se bastante de fontes orais, em particular da entrevista que o próprio Geisel concedeu a pesquisadores do CPDOC. (Por sinal, o uso dessa metodologia é uma marca do seu texto.) Em seguida, avança pelos anos do general Figueiredo, assinalando o duplo propósito do governo da decretação

---

<sup>32</sup> idem. p. 256.

<sup>33</sup> idem., p. 259.

<sup>34</sup> idem., p. 265.

da Lei de Anistia de 1979: assegurar que não haveria qualquer ameaça de revanchismo no futuro e retirar da oposição sua bandeira de mobilização popular. Para o autor, coube à direita militar e não às esquerdas,” o maior contundente ataque à autoridade do general Figueiredo”. Aqui, Teixeira da Silva está se referindo aos atentados terroristas que marcaram a vida política brasileira entre 1979 e 1981 e que, também, pouco têm sido objeto de estudos pela historiografia.

Para lidar com a fase final da abertura, o autor abre o objeto de análise com vistas a melhor situar o processo brasileiro naquela quadra internacional marcada por transições políticas. Com base em leituras de autores como Guillermo O’Donnel, Teixeira da Silva busca distinguir o caso brasileiro entre a *transição por colapso* e a *transição pactuada*, ambas aqui já mencionadas. Segundo o autor, “o primeiro caso ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia. O segundo tipo, de *transição acordada ou pactuada*, deu-se na Espanha, Chile e Brasil.”<sup>35</sup>

O autor situa os termos dessa *transição acordada* da seguinte maneira. De um lado, um governo e um regime esgotados e acossados por crescentes manifestações de massa que exigiam o fim da ditadura. De outro, o conjunto das oposições ganhando iniciativa e fôlego para começar a agendar o ritmo e a natureza da transição. Com a derrota da campanha das *Diretas Já* e a afirmação da candidatura oposicionista de Tancredo Neves, o caminho estava aberto para o fechamento de um acordo que configurasse a entrega do poder aos civis. Diz o autor: “É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, se unem para evitar retrocessos e rupturas.”<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> idem. p. 273. A análise do autor é baseada em LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

<sup>36</sup> idem. p. 275.

## 2. Portugal: entre a Alvorada e o Crepúsculo

*“Vinte anos antes nada se esperava do futuro; agora nada dele se teme”*

*Tocqueville*

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente. Iniciada em 28 de março de 1926 como regime militar aos poucos sofreu uma transição política para tornar-se um regime civil e corporativo sob a liderança do ministro das Finanças nomeado dois anos depois, António Oliveira Salazar. Sua longa durabilidade acompanhada do relativo atraso econômico e cultural do país fizeram com que a queda do Estado Novo, já sob o consulado de Marcello Caetano, causasse tanto surpresa quanto curiosidade na opinião pública internacional. Como disse Fernando Rosas, é indiscutível a surpresa causada pela Revolução dos Cravos tanto nas chancelarias europeias como na administração americana. Neste último caso, parece que a “antena da CIA em Lisboa estaria desactivada”<sup>37</sup>. A seguir ao entusiasmo ou à apreensão, logo surgiram análises, ora acerca da natureza da ditadura derrubada ora acerca do processo revolucionário. Os primeiros estudos, aliás, tenderam a compreender a transição portuguesa como um fenômeno ligado às demais transições do sul da Europa, de Espanha e de Grécia<sup>38</sup>. Parte dos estudiosos portugueses, em trabalhos subsequentes, continuam a perceber a redemocratização como parte integrante da “vaga democrática” de meados da década de 1970<sup>39</sup>. Há também o caso de um estudo a respeito do impacto da revolução portuguesa na transição espanhola<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> ROSAS, Fernando. Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 129-130.

<sup>38</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C; WHITEHEAD, Lawrence (Editores). Transições do regime autoritário: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988; SCHMITTER, Pilippe C. Portugal: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

<sup>39</sup> COSTA PINTO, António & TEIXEIRA, Nuno Severiano (Organizadores). A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

<sup>40</sup> CERVELLÓ, Josep Sánchez. A revolução portuguesa e sua influência na transição espanhola. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

Sem descaracterizar estas interpretações “transnacionais”, seguramente importantes, procuraremos nos ater às análises que pensam a transição portuguesa a partir de suas características endógenas, internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte. Procuraremos, igualmente, discutir as interpretações acerca do legado da Revolução dos Cravos na sociedade portuguesa contemporânea.

*Grosso modo*, dois modelos de análise estão presentes nos textos que aqui utilizaremos. O primeiro modelo privilegia a análise da gestão de Marcello Caetano e dos limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos e meio em que esteve à frente do Executivo português (setembro de 1968- abril de 1974). Neste sentido os enfoques incidem sobre a correlação de forças do marcelismo, o peso dos conservadores e dos reformistas, bem como o comportamento de Caetano frente a cada um dos lados. O segundo modelo procura fazer uma análise da historiografia da transição, do peso maior ou menor da Revolução, de suas consequências para o processo constitucional, bem como de seus legados para o Portugal contemporâneo. Propositadamente deixaremos de lado um balanço bastante substancioso da transição entendida a partir da crise ultramarina. Este tema, por si só, merece um artigo próprio e a opinião geral dos analistas, independentemente do campo analítico a que pertencem concordam que a inexistência de saídas para a crise do sistema ultramarino foi a causa principal da queda da ditadura<sup>41</sup>. O papel mais ou menos peculiar do marcelismo e o sentido da revolução a seguir ao 25 de abril são temas tanto mais controversos quanto menos estudados, daí a nossa escolha.

## **2.1 A modernização marcelista: limites e possibilidades**

É relativamente consensual entre os historiadores que o consulado de Marcello Caetano viveu uma “experiência de modernidade”, para utilizarmos a

---

<sup>41</sup> Entre outros, ver: COSTA PINTO, António. O Fim do Império Português. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; ROSAS, Fernando. Pensamento e acção política... Op. Cit; SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências. São Paulo: Alameda, 2004; VALENTE, Vasco Pulido. O “25 de Abril”. In: Portugal: ensaios de História e de Política. Lisboa: Alethéia, 2009.

expressão de Marshall Berman<sup>42</sup>. Seu significado, entretanto, variou. Enquanto alguns tenderam a ver o marcelismo como um processo de transição “falhado” ou “bloqueado” outros, em sentido inverso apontaram para a inexistência de qualquer intensão liberalizante ou mesmo reformadora.

Sobre o tema, o historiador Fernando Rosas alerta para dois perigos recorrentes na historiografia do último governo do Estado Novo. Em primeiro lugar a tendência em ver o marcelismo exclusivamente a partir de seu colapso, desconsiderando as nuances ou os anúncios de alteração de rumo do início do governo Marcello Caetano. Em segundo lugar a tentação em ver o marcelismo a partir do currículo de Caetano e de seu histórico de permanente compromisso com o Estado Novo, sua fidelidade para com Salazar e sua condição de intelectual do corporativismo.

No primeiro caso, este tipo de abordagem desconsidera que o marcelismo está para além da conjuntura de 1968-1974. Foi, na verdade, um “partido informal”, constituído lenta e continuamente sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940. Ao mesmo tempo em que aspiravam chegar ao poder legalmente, por dentro das instituições da ditadura, apontavam para um projeto com laivos modernizantes e tecnocráticos, de reformas que ultrapassavam a mera continuidade, uma espécie de “salazarismo sem Salazar”. Mais: mesmo a seguir à saída de Marcello Caetano do governo em 1958 e sua “travessia no deserto” por dez anos, os marcelistas estiveram presentes com destaque no governo de Salazar, particularmente em seu último ministério, o que teria influenciado decisivamente a nomeação de Caetano quando da impossibilidade física do velho ditador. A questão que se coloca, ainda segundo Rosas é, então, por qual motivo as tímidas reformas anunciadas em 1968/69 não tiveram continuidade e foram bloqueadas. Deste modo, a seu ver, havia uma intenção reformista (conservadora, claro) que não chegou às suas últimas consequências<sup>43</sup>.

No segundo caso, as condições de ideólogo e quadro do regime não devem, para Rosas, ser entendidas como impedimento para alguma descontinuidade.

---

<sup>42</sup> BERMMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>43</sup> ROSAS, Fernando. Marcelismo: ser ou não ser? In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 10-12.

Claro está que Marcello Caetano nunca foi um democrata ou mesmo um liberal. Ainda assim, em vários episódios de sua vida demarcou de Salazar, mesmo que rendendo-lhe fidelidade. E demarcou principalmente em uma concepção mais “moderna” de organização do Estado e da sociedade. Era, em outras palavras, mais urbano que seu antecessor. Lembra ainda Rosas que personagens como Adolfo Suárez, ex-chefe do partido único franquista ou Mihail Gorbachov, ex-chefe da KGB, foram personagens de transições – mal ou bem finalizadas – cujos currícula em nada apontavam para uma descompressão das ditaduras espanhola e soviética, respectivamente<sup>44</sup>.

Com esta perspectiva não concorda o historiador Luis Reis Torgal, da Universidade de Coimbra. Em artigo sobre o marcelismo e o Estado Novo, indaga a respeito da correção de utilizarmos o sufixo “ismo” para a caracterização do consulado de Marcello Caetano. Afinal de contas, ele significaria uma ação ou uma forma de agir e pensar original em relação ao passado. Afirma que mantém o emprego do “marcelismo” pois, ainda que discutível o seu emprego, “alguma coisa de diferente aconteceu” e, ao mesmo tempo, ele se tornou tão corrente que torna-se difícil conter o seu emprego<sup>45</sup>.

Para a análise do que foi o período Marcello Caetano, no entanto, Reis Torgal diverge de Fernando Rosas em dois aspectos importantes. O primeiro deles é que para ele as interpretações historiográfica e/ou política, que tenderam ver nos anos 1968-74 alguma tentativa de transição liberalizante esquecem o passado de Marcello Caetano, abdicam de uma “perspectiva mais alargada” do último presidente do Conselho, a seu ver “fundamental para entender o marcelismo”. Por este motivo procura destacar a origem integralista de Caetano desde a sua participação – aos vinte anos de idade! - na Revista *Ordem Nova*, seu papel como ideólogo do corporativismo e entusiasmo quanto ao papel da Mocidade Portuguesa na formação de uma elite, de novos dirigentes, responsável pela afirmação “do ‘espírito heróico contra o espírito burguês’, como súpula de todos os princípios da ‘revolução’, entre os quais destacamos a ‘unidade nacional contra o espírito de partido ou de

---

<sup>44</sup> Idem, p. 12-13.

<sup>45</sup> TORGAL, Luís Reis. Marcelismo, “Estado social” e Marcello Caetano. In: Estado Novo, Estados Novos. Vol. I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p.615-616.

classe' e 'a disciplina e a lealdade ao Chefe contra a desordem de um Estado acéfalo e de mil opiniões diversas'"<sup>46</sup>. Estes valores manter-se-iam quando de sua governação. Em nada tentara mudar de fato, a não ser do ponto de vista "cosmético", qual seja, as alterações de nome da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) para DGS (Direcção Geral de Segurança) sem qualquer abrandamento do aparato repressivo. Ou ainda a também mudança de nome da União Nacional – o partido único do regime - para Acção Nacional Popular, entendida como uma "organização antipartidária"<sup>47</sup>. Aliás, no que concerne à questão da organização do Estado e das instituições, Torgal ressalta a recusa de Marcello Caetano ao sufrágio universal, que subordina a sociedade ao indivíduo. Desta forma, a *Revolução Corporativa* era O projeto de organização instutucional que o Estado Novo deveria realizar de fato e radicalmente<sup>48</sup>.

Do ponto de vista da ação governativa propriamente dita, Torgal lembra das ações "espetaculares" como os retornos a Portugal do bispo do Porto e de Mário Soares<sup>49</sup> o que não impediu, por exemplo, a repressão da DGS à vigília pela paz realizada por católicos progressistas na Capela do Rato, em Lisboa, no dia 31 de dezembro de 1972<sup>50</sup>. Por fim, para Torgal, a entrada dos liberais na Assembleia Nacional não teve em nada o intuito de criar "condições favoráveis ao debate político"<sup>51</sup>. Daí a frustração de seus membros e a migração destes para o campo oposicionista. É certo que Marcello Caetano sofreu a oposição da esquerda como da ultra-direita, de modo que a imagem de "liberal" não foi inventada após sua queda ou nos anos a seguir ao 25 de abril. Ela já existia e causava incômodo em setores mais conservadores e tradicionalistas do regime<sup>52</sup>. Esta situação teria provocado um rápido isolamento de Marcello Caetano, cercado que estava pelos dois lados diametralmente

---

<sup>46</sup> Idem, p. 633-661.

<sup>47</sup> p. 671-673.

<sup>48</sup> p. 649-654.

<sup>49</sup> p. 621.

<sup>50</sup> p. 623-624.

<sup>51</sup> p. 621.

<sup>52</sup> Sobre a oposição de direita a Marcello Caetano, ver: MARCHI, Riccardo. Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Lisboa: Texto Editores, 2009.

opostos do campo ideológico. Na feliz expressão de Reis Torgal, não estava “orgulhosamente só”, como Salazar havia dito em discurso datado de 1965, mas “tristemente só”<sup>53</sup>. Esta condição, entretanto, não altera o fato de que inexistia, da parte do último presidente do Conselho qualquer vontade de implementar uma transição, daí a seu ver o título infeliz – como infeliz a tese subjacente – do livro de Fernando Rosas e Pedro Ayres de Oliveira, *A transição falhada*. Não foi em nada falhada, pois não havia projeto de transição<sup>54</sup>. Assim, o marcelismo não passou, para Torgal, de um Estado Novo sem Salazar. Que pretendia permanecer. Deste modo, o anúncio da “renovação na continuidade” feito por Marcello Caetano em seu discurso de posse, foi na prática mais “continuidade” do que “renovação”<sup>55</sup>.

A nosso ver, a questão da continuidade/descontinuidade durante o período marcelista deve ser vista a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, devemos analisar em que medida a governação de Marcello Caetano foi vista pelos historiadores como um momento de alteração de rumo do ponto de vista das estruturas econômicas e sociais vigentes até então. Em segundo lugar, na medida em que seu governo se constituía a partir de um legado autoritário as interpretações acerca do papel de Caetano em favor de reformas liberais merecem análise.

Quanto ao primeiro aspecto parece não haver dúvidas de que havia um empenho de fato no sentido de reformas modernizantes. As mudanças econômicas, mesmo que contraditórias, foram reais. David Corkill defende a tese de que ainda que não tenha sido a razão principal, o desempenho da economia portuguesa foi também um fator contribuinte na queda do Estado Novo. Para este historiador inglês, o rápido desenvolvimento econômico iniciado na década de 1960 (início da “abertura à Europa”) registrou taxas de crescimento próximas dos 8% ao ano. A despeito de uma historiografia que no imediato pós-25 de Abril exagerava nas tintas a respeito do atraso econômico, a adesão à AELC (Associação Europeia de Livre Comércio) em 1960, os investimentos em infra-estrutura nas áreas de energia e eletrificação e, por fim, a ainda que

---

<sup>53</sup> TORGAL, p. 624.

<sup>54</sup> p. 617.

<sup>55</sup> p. 673.

limitada abertura ao capital estrangeiro, teriam sido responsáveis por sensíveis alterações no quadro econômico português. A seguir à saída da Inglaterra da AELC, Portugal tratou de imediatamente estabelecer uma parceria com a CEE (Comunidade Econômica Europeia). Ao mesmo tempo, é fato, segundo ainda Corkill, que o legado de uma longa ditadura com um modelo de gestão econômico profundamente autárquico nunca foi de fato superado. Ao mesmo tempo, a crise do petróleo de 1973 foi capital para um país que, em nome dos investimentos na industrialização, dependia crescentemente do produto. Soma-se a isso, a permanência de uma mão de obra desqualificada, uma agricultura atrasada e pouco produtiva e um mercado colonial nada exigente<sup>56</sup>. A despeito desses problemas tradicionais, é fato que as consequências da crise dos anos 1970 foram inerentes a um país “moderno” ou “em processo de modernização”. Exatamente o contrário da crise de 1929 e de seus impactos em Portugal, não somente retardados como também profundamente acanhados<sup>57</sup>. Este Portugal dos anos 1930 mantinha-se presente quarenta anos depois. Ao mesmo tempo um país mais integrado ao sistema econômico mundial necessariamente sofria consequências mais diretas de suas eventuais crises. Seria então um país dual? Este é um tema que merece investigações futuras... De qualquer modo, e retornando a Corkill, o regime ainda não se encontrava disposto a abrir mão do modelo autárquico e corporativo. A modernização emperrada evidenciava o contraste entre segmentos que, mantenedores da ditadura, demonstravam descompasso quanto à forma de geri-la<sup>58</sup>.

Um outro aspecto, e apenas mais um para não nos alongarmos demais, tem sido destacado pelos historiadores no sentido de evidenciar o esforço de Marcello Caetano em favor da modernização portuguesa: trata-se da política

---

<sup>56</sup> CORKILL, David. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo(1968-1974) . Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.

<sup>57</sup> MARTINHO, Francisco C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, Francisco C. P. & LIMONCIC, Flávio (Organizadores). A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330; ROSAS, Fernando. Salazarismo e fomento económico: o primado do político na História Económica do Estado Novo. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

<sup>58</sup> CORKILL, p. 231.

educacional e das reformas implantadas pelo ministro da Educação José Veiga Simão. Para se ter uma ideia, Rui Grácio demonstra o acelerado crescimento de alunos no ensino secundário entre 1950 e o fim do Estado Novo. Enquanto que no ano letivo de 1950-51 o país tinha cerca de 87 mil estudantes secundários, em 1973-74 o número havia subido para pouco mais de 592 mil<sup>59</sup>. No mesmo período a população portuguesa crescera de aproximadamente 8.400 milhões para 9.800 milhões<sup>60</sup>.

Mas a maioria dos estudiosos aponta sobretudo para as alterações ocorridas no ensino superior a marca de maior importância na gerência de Veiga Simão no ministério da Educação. O novo ministro, talvez em resposta a uma crise verificada desde a chamada “questão acadêmica de 1962”, quando os estudantes das principais universidades do país entraram em greve contra a proibição das comemorações do Dia do Estudante, utilizava-se de um discurso que fazia corar os segmentos mais conservadores. Apontava para a necessidade de uma universidade crítica onde podiam conviver pacificamente “professores e estudantes das mais diversas formações ideológicas”. Ao mesmo tempo, o novo ministro defendia uma reforma na carreira docente que, por exemplo, contemplasse o reconhecimento do grau de doutor obtido em universidades estrangeiras<sup>61</sup>. O processo de europeização ou mais, de internacionalização, portanto, ia para além da gestão econômica. De acordo com Maria Cândida Proença, a perspectiva de Veiga Simão era parte integrante dos discursos originários dos primórdios do liberalismo, quando a implantação de um sistema nacional de ensino era determinante para a “participação consciente na vida pública”, necessária a todos os cidadãos. Este discurso, que se origina em Antero de Quental e na geração de 1870 como um todo, teria perdido sua continuidade com a ditadura implantada em 1926, sobretudo a partir da ascensão de Oliveira Salazar ao cargo de Presidente do Conselho

---

<sup>59</sup> GRÁCIO, Rui.

<sup>60</sup> RODRIGUES, Teresa. População. In: ROSAS, Fernando & BRANDÃO de BRITO, J. M. (Orgs). Dicionário de História do Estado Novo. Volume II, M-Z, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 786-788.

<sup>61</sup> PROENÇA, Maria Cândida. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 243.

de Ministros<sup>62</sup>. Neste caso, percebemos uma alteração no campo dos valores *por dentro* do próprio regime, na medida em que um ministro de Estado era porta-voz de um discurso que havia sido em parte a razão do golpe militar que derrubara o regime republicano de 1910-1926. No entanto, tratava-se de um discurso em nada unânime, razão de seu bloqueio no campo político. É curioso, pois, que parte de seu projeto voluntarioso e otimista tenha sido levado à prática apenas quando da implantação do regime democrático<sup>63</sup>. Em termos práticos, as medidas objetivadas por Veiga Simão e realizadas a posteriori eram, entre outras, as que seguem: institucionalização da carreira de investigação científica ligada à carreira docente; fomento e intercâmbio científico com centros estrangeiros de renome internacional; preenchimento das vagas de professores até então ociosas, etc<sup>64</sup>.

A despeito das objeções de Reis Torgal parece, pois, que uma experiência de modernidade durante a governação de Marcello Caetano, mesmo que acanhada e bloqueada, foi percebida pela maioria dos historiadores portugueses. Apontam para uma proximidade maior frente à Europa, uma política de quebra – ou de flexibilização – do modelo autárquico estatista e as reformas do ensino protagonizadas por seu ministro da Educação Nacional.

Quanto à questão europeia é bom, entretanto, lembrar que o próprio Marcello Caetano, conforme apontou José Manuel Castilho, sempre foi bastante reticente. Em sua atividade política esteve quase sempre ligado ao sistema colonial, chegando inclusive a ocupar o Ministério das Colônias entre 1944 e 1947. De seu percurso acadêmico se destacam as relações com a Espanha e com o Brasil. Quando da adesão à CEE e já, portanto, no Executivo do regime, não deixara de alertar que, para além de Europeus, eram os portugueses “igualmente atlânticos”<sup>65</sup>. Sobre este aspecto concorda também Pedro Ayres de Oliveira. Ainda que reconheça os esforços de Caetano a fim de que o país não se isolasse da Europa, sobretudo no que concerne à constituição

---

<sup>62</sup> Idem, p. 258-259.

<sup>63</sup> Idem, p. 260.

<sup>64</sup> Idem, p. 248-249.

<sup>65</sup> CASTILHO, José Manuel Tavares. *A Idéia de Europa no Marcelismo*. Lisboa: Assembléia da República, 2000.

de grandes espaços econômicos sem restrições aduaneiras, Oliveira não se deixa iludir. Chega mesmo a afirmar que, ao menos naquilo que concerne à “vocação geográfica” de Portugal, as opiniões Marcello Caetano eram muito semelhantes às dos segmentos mais conservadores do Estado Novo. Neste sentido, uma aproximação crescente com o continente europeu não deixava de se constituir em um perigo uma vez que uma “participação mais ativa nos movimentos de integração europeia aumentaria as pressões para a redemocratização do regime, para a liberalização econômica e, inevitavelmente, para a descolonização”<sup>66</sup>. Talvez o tom de modernidade aqui estivesse na ideia de que eram tanto europeus quanto atlânticos. Ao tempo de Salazar é possível que o regime se visse mais ou exclusivamente atlântico... Ainda que a advertência de Fernando Rosas acerca da relativa “autonomia” do *currículo* pretérito do político e de sua prática em momentos de transição continue valendo, é fato que em questões determinantes para uma eventual transição Marcello Caetano ou bloqueou ou foi ainda mais conservador com relação a opiniões expressas anteriormente. Por exemplo, na reforma constitucional e, neste caso, na possibilidade ou não de alguma alteração democratizante<sup>67</sup> e na política ultramarina<sup>68</sup>.

A transição política portuguesa, vista a partir dos eventuais esforços modernizantes do governo Marcello Caetano é entendida, pois, pela historiografia portuguesa de forma ambivalente. Por um lado, é reconhecido um certo empenho no sentido de alteração do atraso estrutural do país. Alteração esta que veio acompanhada inclusive, como no caso de seu ministro da Educação,

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A política externa. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 322-323.

<sup>67</sup> CARVALHO, Rita de Almeida. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89; FERNANDES, Tiago. Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-oppositions. The end of the Portuguese dictatorship (1968-1974) in comparative perspective. In: Democratization, Vol. 14, No. 4, 2007. ; \_\_\_\_\_. Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974), Lisboa, D. Quixote/ Assembleia da República, 2006; REIS, Joana. A transição impossível: a ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

<sup>68</sup> MACQUEEN, N. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p...

de algum discurso democratizante ou ao menos “participativo” da sociedade. Mas a tensão modernizadora do regime a partir do final da década de 1960 não é necessariamente democrática, haja vista a existência de inúmeras correntes, ainda que modernizadoras, em nada comprometidas com a democracia. Em outras palavras, ser *moderno* não significa ser democrático<sup>69</sup>. Por outro lado, permanece a indagação acerca das reais intensões democratizantes de Marcello Caetano. Já sabemos que a história é pródiga em exemplos de reformistas com passado autoritário e de autoritários com passado reformista. Marcello Caetano foi responsável pelo retono ao país de importantes opositores do regime então exilados. Aproximou-se, ainda que com as reservas “Atlânticas”, da Europa ocidental. No entanto é fato também que foi diretamente responsável pelo bloqueio de qualquer possibilidade pluralista e democrática. Quem sabe, então, não é exatamente esta ambivalência a chave para o entendimento do marcelismo?

## 2.2 A historiografia da transição: qual Revolução?

Se a transição portuguesa, vista a partir do consulado de Marcello Caetano é ambígua do ponto de vista das análises historiográficas, não menos complexas são as interpretações acerca do caráter do 25 de Abril e de seus desdobramentos e consequências para o Portugal Contemporâneo. Os problemas interpretativos têm início no próprio conceito de Revolução. Afinal de contas, conforme lembra Maria Manuela Cruzeiro, o termo *revolução*, entendido como *ruptura* ou de *marco zero*, data apenas do final do século XVIII, inaugurado que fora pela Revolução Francesa. Até então, “revolução” era entendida como um percurso circular, de permanente retorno, de “regresso ao ponto de partida”. E os movimentos políticos e/ou sociais marcados pela ação violenta recebiam o nome de revolta, rebelião, agitação ou guerra civil. Nos dois últimos séculos movimentos de matrizes e origens diversas foram entendidos como

---

<sup>69</sup> Para um bom debate acerca da relação modernidade/autoritarismo, ver: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos Europa ou o concerto das nações. Idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886). Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 1993

“Revolução”. Trata-se, pois, de uma polissemia que merece atenção e cuidado por parte dos estudiosos<sup>70</sup>. Outro problema, ainda de caráter metodológico, levantado por Rui Martins, encontra-se na concepção de *transição* que deve ser entendida a seu ver (e remetendo a Reinhart Kesselck), como um momento histórico marcado pela simultaneidade de histórias, ritmos e valores diversos<sup>71</sup>. Martins afirma ainda que esta simultaneidade não se extingue completamente a partir do momento em que a transição é concluída. Daí as dificuldades e os problemas teóricos para o estabelecimento de um *tempo novo*<sup>72</sup>.

Ainda assim, alguns historiadores insistem na demarcação. É o caso, por exemplo, da já citada Maria Manuela Cruzeiro. Sua análise começa por criticar os modelos interpretativos de Hanna Arendt e de François Furet acerca da ideia de revolução. Tanto a filósofa alemã quanto o historiador francês seriam responsáveis por um tipo de revisionismo histórico que vê na Revolução Francesa um modelo inaugural, por certo, mas dos males que conduziram tanto ao terror de 1793-94 quanto ao Gulag soviético<sup>73</sup> (acrescentaria eu – e curiosamente esquecido por Cruzeiro – ao nazismo igualmente e a todas as formas de revolução que contemplaram os movimentos de direita). Esta literatura e os valores nela contidos teria chegado a Portugal. Cruzeiro cita nomeadamente o recente trabalho de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*<sup>74</sup>. Critica a concepção presente no referido livro de que a Revolução portuguesa nada mais foi que um desimportante sobressalto, “um desvio de rota a tempo corrigido”. A democracia viria, pois naturalmente, sem o risco de implantação de uma outra ditadura. A seu ver, no lugar de Michellet, Rui Ramos (o responsável

---

<sup>70</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela. “Revolução” e revisionismo historiográfico: o 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). Portugal, 1974: Transição, política e perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-99.

<sup>71</sup> MARTINS, Rui Cunha. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). Portugal, 1974: Transição, política e perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19.

<sup>72</sup> p. 21-22.

<sup>73</sup> CRUZEIRO, p. 111-112.

<sup>74</sup> RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno. História de Portugal. 5ª Edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

pela análise do Portugal contemporâneo no livro), seria o Tocqueville português na medida em que o discurso da ruptura não passaria de uma ilusão de mudança<sup>75</sup>. Se há continuidades entre o Antigo Regime e Bonaparte, entre o czarismo e o regime soviético, por que não haveria igualmente traços de continuidade entre o Estado Novo e o consulado de Vasco Gonçalves, por exemplo? Cruzeiro faz, na contramão das teses acima referidas, questão de afirmar a revolução portuguesa como um momento de ruptura, de construção de um novo tempo na História portuguesa. Ironias da vida, seu artigo encontra-se no mesmo livro organizado por Martins, com todas as suas questões a respeito da simultaneidade e da transição. Ao mesmo tempo em que afirma a ruptura, Manuela Cruzeiro critica aqueles que se afastam crescentemente dos “ideais de Abril”<sup>76</sup>. Curiosa análise essa que vê homogeneidade nos projetos que levaram à Revolução dos Cravos. É como se Mário Soares, Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho ou Ernesto de Melo Antunes compartilhassem todos da mesma agenda política. Ou haveria entre eles sinceros e insinceros? Estaria esta historiadora a defender a existência de um *verdadeiro* 25 de abril?

Menos esquemático que Cruzeiro, mas ainda assim defensor da tese de ruptura, mesmo que parcialmente bloqueada, é Fernando Rosas. Afirma mesmo que a democracia institucionalizada em 1976, com a aprovação da nova Constituição portuguesa “é por ela – a Revolução dos Cravos - genética e decisivamente marcada”. Por este motivo, e assim como Cruzeiro, critica os diversos revisionismos que tentam tirar-lhe esta marca<sup>77</sup>. A universalização dos direitos, a integração à Europa e as diversas formas de poder local posteriormente consagradas institucionalmente foram conquistas que se mantiveram apesar da legalidade jurídica que se impôs sobre a legalidade revolucionária. Sobretudo por que a democracia portuguesa, longe de ter sido outorgada, foi conquistada na rua, na *revolução* que se seguiu ao golpe de 25 de abril de 1974<sup>78</sup>. Esta conquista democrática pode ser exemplificada no

---

<sup>75</sup> CRUZEIRO, p. 126-127.

<sup>76</sup> p. 123.

<sup>77</sup> ROSAS, Fernando. Pensamento e ação política: Portugal, Século XX (1890-1976). Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 138.

<sup>78</sup> 154-155.

comportamento popular a partir da queda do regime: invasão da sede da PIDE, dos órgãos de censura, concentração em frente aos fortes de Peniche e Caxias exigindo a libertação de todos os presos políticos. Por fim, as conquistas das liberdades fundamentais que se mantiveram após 1976. Em diversos aspectos e momentos, a radicalização popular ultrapassou a vontade e os programas dos partidos políticos, que em muitos casos tentaram conter a ação “autônoma” da população<sup>79</sup>. Isto para não falar das lutas em torno da reforma agrária e da ocupação de apartamentos e casas nos centros urbanos, nomeadamente Lisboa<sup>80</sup>.

As análises acima apresentadas, umas mais outras menos esquemáticas apontam, pois, para o 25 de abril como um momento de ruptura para com o passado. Um novo tempo que surgia. Muito provavelmente não deixam de ter razão. Ainda assim, necessário é atentar para a *construção histórica* deste marco zero. O fato de a tradição ser *inventada*, como dizem Hobsbawm e Ranger<sup>81</sup>, não significa que seja ela ilegítima. Esta é a perspectiva apontada por António Costa Pinto. Para este historiador, a revolução portuguesa (de fato revolução) foi um processo marcado por ambiguidades e contradições. Por projetos que tanto se aproximavam quanto divergiam. Por este motivo, o olhar e o comportamento sobre a data inaugural, o 25 de Abril, foram alterados de acordo com a conjuntura. Assim, permanece um discurso generalizante a respeito do 25 de Abril como uma data símbolo, merecedora do feriado que lhe foi outorgado em substituição ao 28 de maio. No entanto, a hegemonia de setores mais ou menos radicais, mais ou menos moderados ou mais ou menos conservadores permitiram ações que se alteraram com o tempo. Saneamentos contra funcionários do “regime fascista” ou anistias políticas, criação de espaços de memória, como é o caso do Museu da Resistência, ou a alteração do nome da ponte 25 de Abril (outrora Oliveira Salazar) decorrem de disputas

---

<sup>79</sup> 138-143.

<sup>80</sup> Sobre o tema da reforma agrária, ver: ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Aviz. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. Sobre as ocupações urbanas: HAMMOND, John L. Building Popular Power: Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution. New York: Monthly Review Press, 1988.

<sup>81</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra, 1984.

pela memória. Sempre inconclusas e sempre em busca de uma legitimidade que necessariamente se altera com o passar do tempo e dos anos<sup>82</sup>. Esta é, entretanto, uma perspectiva de análise ainda pouco explorada mas que aponta no sentido da quebra da forçada dicotomia entre *verdadeira* e *falsa* revolução.

## Conclusão

As análises aqui apresentadas a respeito dos autoritarismos e das transições brasileira e portuguesa, naturalmente que não se esgotam. Temas como os do processo de modernização do capitalismo brasileiro ou do colonialismo português (ambos mereceriam um texto à parte) foram proposadamente deixados de lado. Procuramos, nesta “provocação” inicial apresentar as principais investigações que abordam, criticamente, os problemas conceituais da *transição* e da natureza dos regimes autoritários e democráticos. Em particular, preocupou-nos os debates acerca da memória produzida pelas sociedades bem como sua influência nos discursos historiográficos. Esperamos que os legados do abril brasileiro e do abril português continuem a ser motivo de novas investigações e análises de historiadores e de cientistas sociais.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. *A revolução no Alentejo: memória e trauma da reforma agrária em Aviz*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

BARBOSA, Márcio. Cabral, os spinolistas e a (dis)solução do marcelismo. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 139-177.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

---

<sup>82</sup> COSTA PINTO, António. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar (Coordenação). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.

- CANEDO, Letícia Bicalho *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005
- CASTILHO, José Manuel Tavares. *A Idéia de Europa no Marcelismo*. Lisboa: Assembléia da República, 2000.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Alvorada em Abril*. 3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- CARVALHO, Rita Almeida de. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A revolução portuguesa e sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.
- CORKIL, David. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.
- COSTA PINTO, António. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, Alexandra Barahona de; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, Carmen; FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar (Coordenação). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.
- \_\_\_\_\_. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- COSTA PINTO, António & TELXEIRA, Nuno Severiano. *A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. “Revolução” e revisionismo historiográfico. O 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-134.
- FERNANDES, Tiago. Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-oppositions. The end of the Portuguese dictatorship (1968-1974) in comparative perspective. In: *Democratization*, Vol. 14, No. 4, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Nem Ditadura, nem Revolução*. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974), Lisboa, D. Quixote/Assembleia da República, 2006 .
- FREIRE, Américo. “Ditadura, democracia e estado de exceção”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, n.º 47, p. 223-6, jan-jun.2011.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004
- \_\_\_\_\_. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 47, 2004
- GRECO, Heloisa A. *Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia*. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009.
- HAMMOND, John L. *Building Popular Power: Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Montly Review Press, 1988.
- HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001

- HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições* (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- . IOKOI, Zilda. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.II, São Paulo, Hucitec, 2009.
- MACQUEEN, N. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p...
- MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Texto Editores, 2009.
- MARTINHO, Francisco C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, Francisco C. P. & LIMONCIC, Flávio (Organizadores). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.
- MARTINS, Rui Cunha. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19-29.
- O'DONNEL, Guilherme. Delegative democracy. *Journal of Democracy*. 5 (1): 55-69, jan. 1994.
- O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe C; WHITEHEAD, Lawrence (Editores). *Transições do regime autoritário: Sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFERLÉ, Michel. *Un Homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Gallimard, 1993
- OLIVEIRA, Pedro Ayres de. A política externa. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.301-337.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Os limites da ‘Abertura’ e a Sociedade Civil”. In FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília, Universidade de Brasília, 1988.
- PROENÇA, Maria Cândida. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.233-261
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno. *História de Portugal*. 5ª Edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Joana. *A transição impossível: a ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.
- RODRIGUES, Teresa. População. In: ROSAS, Fernando & BRANDÃO de BRITO, J. M. (Orgs). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II, M-Z, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 786-788.
- ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v.
- ROSAS, Fernando. *Pensamento e acção política: Portugal, Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- \_\_\_\_\_. Marcelismo: ser ou não ser. In: ROSAS, Fernando & OLIVEIRA, Pedro Ayres de (Coordenação). *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 09-26.

\_\_\_\_\_. *Salazarismo e fomento económico: o primado do político na História Económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SANTOS, Cecília MacDowell, TELLES, Edson e TELLES, Janaína (orgs.) *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009, 2 v.

SCHMITTER, Philippe C. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências*. São Paulo: Alameda, 2004.

SOARES, Gláucio, D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.) *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

\_\_\_\_\_. *Europa ou o concerto das nações. Idéias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886)*. Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

TORGAL, Luís Reis. Marcelismo, “Estado social” e Marcello Caetano. In: *Estado Novo, Estados Novos*. Volume I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p. 615-673.

TORNADA, Joana de Matos. Do fim e dos homens: o ponto de vista dos militares sobre os últimos meses do Estado Novo. In: MARTINS, Rui Cunha (Coordenação). *Portugal, 1974: Transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 179-206.

VALENTE, Vasco Pulido. O “25 de Abril”. In: VALENTE, Vasco Pulido. *Portugal: ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alethéia, 2009, p. 279-301.